

Para que incluir? Uma discussão sobre educação de alunos com deficiências, políticas públicas e as pesquisas em ensino de ciências

Why to include? A discussion of education of students with disabilities, public policy and research in science education

Michele Waltz Comarú

Instituto Federal do Espírito Santo – IFES, *campus* Vila Velha, ES
Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática – EDUCIMAT
– IFES, Vitória, ES
mcomaru@ifes.edu.br

Claudia Mara Lara Melo Coutinho

Departamento de Biologia Celular e Molecular, Instituto de Biologia,
Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, RJ
Programa de Pós-graduação em Ensino em Biociências e Saúde, Instituto
Oswaldo Cruz - IOC , FIOCRUZ
Laboratório de Inovações em Terapias, Ensino e Bioprodutos (LITEB), Instituto
Oswaldo Cruz - IOC , FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ ccoutinho@ioc.fiocruz.br

Resumo

Este trabalho é uma tentativa de aprofundar debate sobre o tema da inclusão de alunos com deficiências e sua relação com as pesquisas em ensino de ciências. Apresenta argumentos que apontam que a inclusão já é uma realidade concreta. Aponta carência de dados na literatura específica como o principal desafio encontrado por quem desenvolve projetos de pesquisa na área de inclusão; e discute o contexto histórico de modificação das políticas públicas inclusivas no Brasil. Alerta para a importância de discutirmos no ensino o que fazer do ponto de vista prático com os alunos com deficiência. Negligenciar a discussão pode vir a fortalecer pontos de vistas radicais. Para ilustrar o painel sobre pesquisas em ensino voltadas para educação especial, realizou-se estudo de caso, do tipo bibliográfico documental tomando por base os anais do VIII ENPEC (2011), onde foram encontrados somente 19 trabalhos sobre educação especial num universo de 1.177 trabalhos aprovados.

Palavras chave: inclusão, educação especial, ensino de ciências

Abstract

This work is an attempt to deepen debate on the issue of inclusion of students with disabilities and their relationship to research in science education. Presents arguments that show that the inclusion is already a reality. Lack of data points in the specific literature as the main challenge faced by those who develop research projects in the area of inclusion, and discusses the historical context of modification of inclusive public policies in Brazil. Highlights the importance of discussing what to do in teaching the practical point of view with students with disabilities. Neglecting the discussion may ultimately strengthen radical viewpoints. To illustrate the panel on research aimed at teaching special education, there was a case study, the bibliographical documentation building on the annals of ENPEC VIII (2011), which found only 19 papers on special education in a universe of 1,177 papers approved.

Key words: inclusion, special education, science education

Introdução

Este trabalho trata-se de uma tentativa de aprofundar o debate sobre o tema da inclusão de alunos com deficiências e sua relação com as pesquisas no campo do ensino de ciências. Surgiu a partir de uma necessidade de responder à pergunta que está no título (Para que incluir?) que emerge com certa frequência – por vezes de forma direta e por vezes indireta – sempre que o assunto “Educação Especial” é apresentado à professores e pesquisadores ainda não familiarizados com o tema. Foi escrito porque entendemos que, para alguém que seja um iniciante nas discussões sobre o tema, tal pergunta seja pertinente e provocativa. E, tentando compreender os argumentos que levam a tal questionamento, escrevemos aqui, da forma mais desprovida de ideologia e pré-julgamentos possível, alguns apontamentos que julgamos importantes para uma discussão mais aprofundada e que, ao serem lidos possam provocar reflexões sobre o tema.

De acordo com a Constituição Federal (Brasil, 1988) e também com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (MEC, 1996), a inclusão já é uma realidade concreta e, de certa forma, imposta. Os números revelam que a chegada de alunos com deficiências no ensino superior também já é uma realidade. De acordo com o senso escolar realizado em 2008 pelo Ministério da Educação, existia no Brasil um total de 11.412 alunos de graduação que se auto-declararam deficientes, representando 0,17% do total de universitários do país. No mesmo ano, na educação básica, o número de alunos com deficiência matriculados ultrapassava a casa dos 764.000 alunos, representando uma parcela de 1,4% do total de estudantes brasileiros (SEE - MEC, 2008).

O despreparo no atendimento às necessidades educacionais especiais nas universidades é apontado por Fonseca (2000) como o principal responsável pelo número ainda pequeno de alunos com deficiência no ensino superior. Há que se destacar o termo “ainda” da frase. Pode-se esperar uma tendência de crescimento significativo para os próximos anos observando o já expressivo número encontrado nos níveis de ensino fundamental e médio e tendo em vista que o ingresso de alunos com deficiência no sistema educacional regular configura-se como um movimento histórico recente. Wataya (2006) complementa argumentando que as salas de aula são inadequadas, os recursos e os materiais didáticos específicos são insuficientes e os professores são despreparados, o que caracteriza uma realidade muito dura. Esses são alguns dos diversos autores que discutem os imensos e, para muitos, intransponíveis obstáculos para

o processo de inclusão de alunos com deficiências nas diversas dimensões do ensino no Brasil e no mundo. São muitos a defender a inclusão como a única maneira de promover a educação de qualidade para alunos com deficiências, entretanto existem aqueles que defendem a escola especial - exclusiva - como um caminho seguro para a formação de uma identidade dentro do grupo de indivíduos com deficiência. Então surge a questão: Para que incluir? Para que misturar alunos sem e com deficiência num mesmo espaço se esse espaço não atende às necessidades dos dois grupos? Ressaltamos aqui que esta é uma pergunta provocativa, e não nossa dúvida fundamental. Este não é um artigo em defesa da escola exclusiva, apesar de entendermos que elas existem há anos e tem um papel histórico importante no que se trata de educação de alunos com deficiência. Mas sim um questionamento direcionado a nós mesmos, pesquisadores e professores de ciências, diante de uma realidade que se apresenta como um desafio pertinente.

Especificamente em relação à pesquisa em ensino, Costa et. al. (2006) apontam a carência de dados na literatura específica como o principal desafio encontrado por quem pretende desenvolver projetos de pesquisa na área de inclusão. Embora algumas iniciativas bem sucedidas de desenvolvimento de materiais para o ensino de ciências sejam recentemente comunicadas em eventos da área de ensino (Basso et. al., 2012; Carvalho et. al., 2012; Comarú e Coutinho, 2012, entre outros), nota-se uma entrada muito pequena desses relatos de pesquisa nos periódicos da área, assim como de estudos específicos sobre epistemologia e validação de práticas educacionais inclusivas. Igualmente, Costa et. al. (2006) apontam que na Pesquisa em Educação em Ciências são praticamente inexistentes os registros sobre ensino dirigido a pessoas com deficiências, ainda mais no ensino superior. As poucas informações existentes dizem respeito a ensaios ou observações isoladas, o que limita o aprofundamento nas questões específicas da pesquisa em ensino, especialmente as discussões teóricas que nos identificam como área.

A escola regular é de quem?

No Brasil a educação, assim como outros direitos dessa mesma natureza, ainda não é acessível a todos os cidadãos. Nossa escola não atende a uma série de necessidades básicas dos alunos em formação e fica fácil apontar autores que ressaltam em seus trabalhos as dificuldades encontradas por professores e alunos no âmbito escolar (Alves, 2004; Demo, 2007; Matos, 2007; Mendonça, 2008; etc.). Então, se a escola regular não atende nem aos alunos ditos “normais” como poderia atender aos alunos ditos “especiais”?

Mas não seria na esfera pública que os direitos civis deveriam ser assegurados? Afinal, a escola não é para TODOS? Pretos, brancos, índios, homens, mulheres e, também, deficientes. Como enfrentar o dilema de uma escola insipiente na estrutura física, na formação de seus docentes, na disponibilidade de material didático?

As políticas públicas só começaram a se modificar no Brasil no momento em que a relação entre Estado e sociedade civil também se modificou – início da democratização, 1989. Somente a partir desse momento histórico, é que as identidades dos diversos grupos sociais passam a ter voz. Quando os deficientes se mobilizaram, as necessidades eram tantas que a questão da educação passa a ser apenas mais uma entre muitas. Portanto, existem tantas especificidades para assegurar os direitos de cada grupo que se entra num ciclo vicioso do direito ao direito. A legislação, que deveria ser o mais abrangente possível (políticas homogeneizadoras), vai se tornando cada vez mais específica e gigantesca. E então surgem as questões quanto à viabilidade de tais ressalvas legais.

A escola inclusiva é motivo de debate dentro do próprio movimento em defesa dos deficientes. Muitos, como é o caso de alguns grupos de surdos, desconfiam da “escola inclusiva” apontada pelo MEC, que trata de colocá-los na mesma sala dos ouvintes sem ao menos uma discussão teórica mais relevante sobre os processos deste tipo de política (Vieira-Machado, 2010). O processo histórico de escolarização de surdos representa um cenário especial, pois foi conturbado e marcado por desastres como o uso de violência física e a inserção de alunos surdos em escolas – associações – para alunos com deficiência cognitiva (p.e. APAE – Associação de pais e amigos dos excepcionais). Para muitos deles esse processo traumático estabeleceu que lugar de aluno surdo é na escola de surdos, onde se fala LIBRAS (língua brasileira de sinais) e onde as relações interpessoais são facilitadas. O ponto é: como cada grupo possui necessidades educacionais diferenciadas, seria possível atender a todas elas num mesmo ambiente escolar coletivo, inclusivo e completo? Certamente para aqueles que se debruçam nas pesquisas sobre educação inclusiva, ouvir esse tipo de questão dos colegas docentes é algo cotidiano e motivador. Não nos cabe defender ou condenar a escola inclusiva. Muito menos receitar soluções práticas para este problema (que não é simples). Mas já está mais do que na hora de discutirmos no ensino de ciências aquilo que para pais, alunos e educadores, faz parte do cotidiano escolar: O que fazer com os alunos com deficiência? Além disso, negligenciar a discussão pode vir a fortalecer pontos de vistas radicais, baseados no discurso não-fundamentado de que a exclusão resolveria o problema.

Se a questão é difícil, não é possível imaginar a solução sem muito debate e defesa de pontos de vista. Avaliemos como pesquisadores em ensino se tais discussões poderiam estar presentes nos nossos encontros e congressos da área de ciências. Definitivamente é importante reconhecermos as necessidades especiais de cada grupo e entender que não são as mesmas. Alunos com deficiências não são farinha do mesmo saco. Portanto a escola regular que pretende atender às necessidades escolares de todos os alunos, sejam elas físicas ou cognitivas, deve ficar atenta para a variedade dessas necessidades e os profissionais da educação também tenderão a se especializar em determinada demanda formativa de acordo com sua área de conhecimento.

É previsível imaginar que alguém pudesse levantar a bandeira de que a formação de docentes no futuro seria cada vez mais especializada na tentativa de atender a cada uma das demandas educacionais distintas. Seguindo essa linha de raciocínio poderíamos pensar que seria impossível um mesmo professor deter tantas habilidades para suprir às necessidades de cada indivíduo de sua classe. Mas, esquecendo um pouco as deficiências, numa classe regular os alunos são todos iguais? Um docente hoje não deveria conhecer diferentes estratégias pedagógicas na intenção de atingir seus objetivos com todos os seus alunos? O que muda, então? Será que os professores da escola regular não estariam prontos para um desafio novo simplesmente porque não estão acostumados com desafios? Ou não foram preparados para isso? Tal pergunta se torna ainda mais eloqüente quando falamos de professores de graduação. Em sua maioria, técnicos (entende-se aqui técnicos como designação para aqueles que tiveram uma formação específica numa área de conhecimento – mestrado e doutorado) sem nenhuma formação pedagógica.

É nesse momento que a contribuição que a nossa área pode dar se faz ainda mais eloqüente. São as nossas pesquisas em ensino que darão suporte para o desenvolvimento de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas. Nossa preocupação se justifica na medida em que se entende que estão nos nossos trabalhos de investigação as preocupações sobre “o que ensinar”, “como ensinar”, e também “para quem ensinar” (Cachapuz et. al., 2004), nesse caso, o alvo seriam os alunos com deficiência num contexto inclusivo.

Experiências inclusivas

Nos últimos anos o processo investigativo sobre a integração do aluno com deficiência na sociedade tem ocorrido de forma intensa (Bueno, 1997), especialmente na área de educação. Vitaliano (2007) afirma que este debate é ainda mais evidenciado nas pesquisas voltadas para o ensino fundamental. Ainda assim, são poucas as pesquisas em educação em ciências que revelam experiências e práticas educacionais validadas mostrando o que fazer para incluir no cotidiano de uma classe regular alunos que apresentem necessidades especiais (Costa et. al., 2006; Ferreira, 2007; Glat e Pletsch, 2004). Também é verdade que a ausência de comunicações científicas não representa falta de iniciativas bem sucedidas em diversas instituições do país (Ferreira, 2007; Camargo, 2006; Monteiro e Manzini, 2008; Israel, 2005).

É de vital importância a divulgação de dados relativos à área de inclusão, a fim de traçar um perfil real da situação da educação inclusiva de disciplinas de ciências. Conhecer a realidade poderá subsidiar estratégias de favorecimento da inclusão no país.

No Brasil, existem tantas instituições/associações que poderiam fornecer apoio técnico em convênio com as Universidades, citando por exemplo o Instituto Laramara de São Paulo ou o Instituto Benjamim Constant do Rio de Janeiro, tratando-se de cegos. O que falta é a tal “ponte” entre os alunos especiais, a Universidade e as associações técnicas. E ainda, pesquisas proeminentes de desenvolvimento, validação e avaliação de recursos que funcionem como facilitadores do processo de ensino-aprendizagem, especialmente na área de ciências, nosso foco.

Pesquisa sobre inclusão de pessoas com deficiência na área de ensino de ciências

Como já foi dito, ainda são poucos os grupos no país produzindo pesquisa em ensino de ciências no contexto inclusivo, dos quais destacaríamos como um dos mais representativos, o grupo de ensino de física da UNESP de Baurú, representado principalmente pelos professores/pesquisadores Eder Camargo e Roberto Nardi. Mais do que propor soluções metodológicas pontuais, os trabalhos deste grupo apresentam discussões contextualizadas sobre dificuldades enfrentadas por alunos e professores (Camargo e Nardi, 2006), as reações do meio universitário a presença de alunos com deficiências em cursos de graduação da área de ciências (Camargo e Santos, 2009), as barreiras físicas e pedagógicas – especialmente para deficientes visuais – encontradas para o ensino de conteúdos de física no contexto inclusivo (Camargo, Nardi e Veraszto, 2008), formação de professores e alternativas encontradas por licenciandos para o planejamento de atividades inclusivas (Camargo e Nardi, 2006). Nas áreas de biologia e química, os estudos frequentemente se remetem a produção de material didático. Tais estudos estão pulverizados em diversas instituições, são comunicados somente em eventos (a maioria da área de educação) e não chegam aos periódicos. Como tratam-se de trabalhos da área de ciências, não se enquadram no escopo das revistas da área de educação; e por abordarem um assunto muito mais discutido no contexto da área de educação, tampouco conseguem entrada nos periódicos da área de ensino.

Para concretizar e ilustrar o painel que estamos traçando, realizamos um estudo de caso, do tipo bibliográfico documental. O método de análise baseou-se numa pesquisa documental cujas fontes bibliográficas foram as listas eletrônicas dos trabalhos aprovados para apresentação no VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) realizado em dezembro de 2011 na cidade de Campinas/SP. A escolha deste evento é fundamentada na importância, sendo este o evento mais representativo da área de Ensino de

Ciências do Brasil. De acordo com Sardinha et. al. (2009) a opção pela análise dos trabalhos apresentados em eventos reflete o se está realizando de mais recente naquele campo de pesquisa, ou seja, reflete um panorama atual da discussão proposta. A metodologia de análise inicial do material bibliográfico consistiu-se numa busca sistemática pelas seguintes palavras-chaves: “educação especial” e/ou “deficientes” ou ainda “inclusão” em qualquer região do título, para pré selecioná-los. Em seguida, os trabalhos foram separados por categorias de acordo com a análise dos assuntos apresentados nos títulos. Seguem os resultados iniciais: Foram encontrados 19 trabalhos sobre educação especial num universo de 1.177 trabalhos aprovados, sendo 10 de 462 pôsteres e 9 de 715 comunicações orais. Os assuntos mais abordados quantitativamente são: a formação de professores e o ensino de física para pessoas com deficiência (Tabela 1), esse último, como já colocamos, se destaca como um linha de pesquisa um pouco mais explorada dentro da área de ensino. A categoria “Educação inclusiva e ensino de ciências”, abriga aqueles trabalhos que discutem, assim como estamos fazendo aqui, a importância do tema, as questões éticas envolvidas, políticas e iniciativas de programas institucionais, etc.

Assuntos	Quantidade de trabalhos
Formação de professores de ciências e PIBID	5
Ensino de biologia	1
Ensino de física	5
Ensino de química	2
Educação inclusiva e ensino de ciências	5
Educação não-formal	1
TOTAL	19

Tabela 1: Distribuição dos trabalhos que tratam de educação especial aprovados para serem apresentados no VIII ENPEC (2011) por conteúdos de seus títulos.

A discussão dos resultados aqui apresentados será muito mais rica e explorada quando aprofundarmos o estudo dos conteúdos dos trabalhos (etapa ainda não realizada uma vez que os anais com os trabalhos completos estão em confecção, portanto indisponíveis). Porém, apresentar estes dados ilustra aquilo que estamos chamando atenção da comunidade de pesquisadores em ensino de ciências: a relevância do tema “educação especial” para a nossa área e a oportunidade (e necessidade) de ampliarmos nossos estudos, a fim de contribuirmos para a melhoria do ensino de ciências em todos os níveis escolares.

Ponderações finais

Sem dúvida o caminho da inclusão é possível. Voltamos a colocar que não escrevemos aqui um manifesto contra a educação inclusiva, ao contrário, ressaltamos os aspectos pertinentes de tal caminho e entendemos suas inúmeras vantagens do ponto de vista pedagógico e social. Mas também entendemos que, como professores e pensadores da educação como ciência, não poderíamos negligenciar as ações – ou a ausência delas – voltadas para a inclusão de alunos com deficiência na pesquisa em ensino de ciências. Entendemos que as discussões teóricas,

felizmente, já ganharam alguma repercussão dentro do contexto universitário, porém as questões práticas estão longe de chegarem aos artigos científicos e à comunidade acadêmica.

A realidade prática nos mostra que um aluno com deficiência numa escola regular representa hoje um problema e não um desafio. Se o processo de inclusão vai mesmo existir, como esperamos, é fundamental que seja de forma coordenada, eficientemente técnica, com suporte científico e formação docente qualificada. Somente assim garantiremos uma formação de qualidade para todos os alunos de forma honesta, que é o objetivo final de qualquer política inclusiva.

Referências

- ALVES, M. L. Problemas vividos pela escola pública: do conflito social aos conflitos funcionais (uma abordagem sociológica). **Linhas Críticas: Revista da Faculdade Educação da UnB**, Brasília, v.10, n. 19, p.165-182, jul./dez. 2004.
- BASSO, S. P. S.; CAMARGO, E. P.; ANJOS, P.T.A.; ALMEIDA, T.J.B. Material Didático Multissensorial: A fecundação para deficientes visuais. **Caderno de Resumos do IV Enebio**. Goiânia, 2012.
- BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**, 1988.
- BUENO, J.G.S. A integração social das crianças deficientes: a função da educação especial. In: MANENTE, M.V.; RODRIGUES, O.M.P.R.; PALAMIN, M.E.G. Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.13, n.1, p. 27-42, Jan.-Abr. 2007.
- CACHAPUZ, J. P.; PRAIA, J.; JORGE, M. Da educação em ciência às orientações para o ensino das ciências: um repensar epistemológico. **Ciência & Educação**, v. 10, n. 3, p. 363-381, 2004.
- CAMARGO, E.P.; NARDI, R. Ensino de conceitos físicos e terminologia para alunos com deficiência visual: dificuldades e alternativas encontradas por licenciandos para o planejamento de atividades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.12, n.2, p. 149-168, Maio – Ago. 2006.
- CAMARGO, E. P.; NARDI, R.; VERASZTO, E. V. A comunicação como barreira na inclusão de alunos com deficiência visual em aulas de óptica. **Rev. Bras. Ensino Fís. [online]**. vol.30, n.3, p. 3401.1-3401.13. 2008.
- CAMARGO, E. P.; SANTOS, S.L.R. Reações de um meio universitário à participação de alunos com deficiência visual em um curso de química. In: TEIXEIRA, P.M.M.; RAZERA, J.C.C. **Ensino de Ciências: Pesquisas e pontos em discussão**. Campinas, SP: Komedi, 2009.
- CARVALHO, L.C.Q.G.; LIBARDI, D.M., RABBI, M.A.; FERRACIOLI, L. O ensino de Química para deficientes visuais: Estudo exploratório sobre a tabela periódica e modelo físico do átomo. **Caderno de Resumos do II Seminário Nacional de Educação Especial**, Vitória, 2012.
- COMARÚ, M.W.; COUTINHO, M.L.M.C. Ensino de disciplinas morfológicas para deficientes visuais na graduação: um estudo com modelos na Escola Universitária de Fisioterapia da ONCE, Madrid – Espanha. **Caderno de Resumos do IV Enebio**. Goiânia, 2012.

COSTA, L.G.; NEVES, M.C.D.; BARONE, D. A.C. o ensino de física para deficientes Visuais a partir de uma perspectiva Fenomenológica. **Ciência E Educação**, v. 12, n. 2, p. 143-153, 2006

DEMO, P. Escola pública e escola particular: semelhanças de dois imbróglis educacionais. Ensaio: **aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 181-206, abr./jun. 2007.

FERREIRA, S.L. Ingresso, permanência e competência: um realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.13, n.1, p.43-60, Jan.-Abr. 2007.

FONSECA, V. Investigação de estudantes portadores de deficiência auditiva no ensino superior: alguns dados de caracterização e de intervenção. In: MANENTE, M.V.; GLAT, R.; PLETSCHE, M.D. O Papel da Universidade Pública frente às políticas públicas para educação inclusiva. **Benjamim Constant**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 29, p. 3 - 8, dez. 2004.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. O Papel da Universidade Pública frente às políticas públicas para educação inclusiva. **Benjamim Constant**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 29, p. 3 - 8, dez. 2004.

ISRAEL, V.L. et al. A educação especial no ensino superior: o grupo de trabalho de apoio aos universitários com necessidades especiais (GT-AUNE) da PUCPR. In: FERREIRA, S.L. Ingresso, permanência e competência: um realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.13, n.1, p.43-60, Jan.-Abr. 2007.

MATOS, G.; Professores de escola pública sofrem com violência em sala de aula. **Folha do dia**. São Paulo, 13/07/2007.

MEC - Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96**. 20 de dezembro de 1996.

MENDONÇA, T.; A dura realidade nas escolas. **Tecnologia, informação e inclusão: TICs nas escolas**. V. 3, n. 1, 2008.

MONTEIRO, A.P.H; MANZINI, E.J. Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe. Marília, **Revista Brasileira Educação Especial**, v.14, n.1, p.35-52. Jan.-Abr. 2008.

SARDINHA, R.; FONSECA, M.F.; GOLDBACH, T. O que dizem os trabalhos dos anais dos Encontros Nacionais em Ensino de Ciências sobre o ensino de genética. **Anais do VII Encontro nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Florianópolis, 2009.

SASSAKI, R.K. **Vida independente; História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, p. 12-16, 2003.

SEE - Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. **Números da educação especial no Brasil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp>>. Acesso em dez.2008.

VIEIRA-MACHADO, L.M.C. **Os surdos, os ouvintes e a escola: narrativas, traduções e histórias capixabas**. Vitória: EDUFES, 2010.

VITALIANO, C.R.; Análise da preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.13. n.3. p.399-414. set./dez. 2007.

WATAYA, R.S. O uso de leitores de tela no TelEduc*. **Interface, comunic, saúde, educ**, v.9, n.18, p. 227-42, jan.-jun. 2006.